



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 21 DE AGOSTO DE 2024.**

Aprova a criação de grupo de trabalho, em caráter temporário, para elaboração de Plano Estadual para atenção integral à saúde das populações atingidas por desastres minerários e residentes em regiões mineradoras.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais – CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de julho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Lei federal nº 14.755 de dezembro de 2023, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- a Lei Estadual nº 23.795, de 15 de janeiro de 2023, que Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências;
- a Resolução SES/MG nº 9.113, de 07 de novembro de 2023, que divulga a Nota Técnica nº



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

5/SES/SUBPAS/2023 que estabelece as estratégias e diretrizes para organização e qualificação da assistência aos casos de exposição a substâncias químicas ligadas à atividade minerária e suas implicações, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais;

- a necessidade de elaborar ações estruturantes para atender as demandas dos territórios mineiros, como estratégia de potencializar os cuidados individuais e coletivos de atenção integral à saúde das populações atingidas por desastres minerários e residentes em regiões mineradoras;
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 310ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de agosto de 2024.

**DELIBERA:**

Art. 1º - Fica instituído o Grupo de Trabalho, em caráter temporário, para elaboração de Plano Estadual para atenção integral à saúde das populações atingidas por desastres minerários e residentes em regiões mineradoras, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2024

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR  
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E  
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

**ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 21 DE AGOSTO DE 2024**  
(disponível no sítio eletrônico [www.saude.mg.gov.br/cib](http://www.saude.mg.gov.br/cib)).

MINUTA CIB



**RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 21 DE AGOSTO DE 2024.**

Institui grupo de trabalho, em caráter temporário, para elaboração de Plano Estadual para atenção integral à saúde das populações atingidas por desastres minerários e residentes em regiões mineradoras.

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 21 de agosto de 2024, que aprova a criação de grupo de trabalho, em caráter temporário, para elaboração de Plano Estadual para atenção integral à saúde das populações atingidas por desastres minerários e residentes em regiões mineradoras.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**RESOLVE:**

Art. 1º - Instituir o Grupo de Trabalho, em caráter temporário, para elaboração de Plano Estadual para atenção integral à saúde das populações atingidas por desastres minerários e residentes em regiões mineradoras.

§ 1º - O Grupo de Trabalho é o órgão colegiado com caráter propositivo e tem como finalidade a elaboração de Plano Estadual para atenção integral à saúde das populações atingidas por desastres minerários e residentes em regiões mineradoras.

§ 2º - As discussões realizadas pelo Grupo têm como objetivo a elaboração de Plano Estadual para atenção integral à saúde das populações atingidas por desastres minerários e residentes em regiões mineradoras.

§ 3º - As definições e proposições do Grupo de Trabalho deverão ser apresentadas ao Conselho Estadual de Saúde e pactuadas pela SES-MG por meio da Comissão Intergestores Bipartite – CIB-SUS/MG.

Art. 2º - O Grupo de Trabalho para elaboração de Plano Estadual para atenção integral à saúde das populações atingidas por desastres minerários e residentes em regiões mineradoras será composto por membros titulares e suplentes das seguintes instituições, nos termos abaixo:

I - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente da Assessoria de Parcerias em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais;

II - 02 (dois) representantes titulares e 01 (um) representante suplente da Subsecretaria de Redes de Atenção à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais;

III - 02 (dois) representantes titulares e 01 (um) representante suplente da Subsecretaria de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais;

IV - 02 (dois) representantes titulares e 01 (um) representante suplente da Subsecretaria de Regionalização da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais;

V - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente da Subsecretaria de Acesso a Serviços de Saúde da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais;

VI - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais;

VII - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente do Ministério da Saúde;

VIII - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente do Instituto Mineiro de Gestão das Águas;



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

IX - 01 (um) representante titular da Fundação Estadual do Meio Ambiente e 01 (um) representante suplente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável;

X - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente da Fundação Ezequiel Dias;

XI - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais;

XII - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais;

XIII - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente da Fundação Oswaldo Cruz;

XIV - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais;

XV - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente do Conselho Estadual de Saúde;

XVI - 02 (dois) representantes titulares e 01 (um) representante suplente dos municípios atingidos da bacia do Rio Doce;

XVII - 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente dos municípios atingidos da bacia do Rio Paraopeba;

XVIII - 06 (seis) representantes titulares e 05 (cinco) representantes suplentes de movimentos sociais.

§ 1º - Os membros, titulares e suplentes, que comporão o Grupo de Trabalho deverão ser indicados, formalmente, à SES/MG, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicação desta Resolução por meio de processo SEI a ser elaborado posteriormente.

§ 2º - Os membros do Grupo de Trabalho poderão convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas e privadas, sempre que entenderem necessária à sua colaboração para o pleno alcance dos objetivos definidos nesta Resolução.

§ 3º - Os membros, titulares e suplentes, que comporão o Grupo de Trabalho não receberão remuneração excepcional por esta atividade.

§ 4º - O membro titular deverá comparecer assiduamente às reuniões e, no seu impedimento, deverá convocar seu suplente.

§ 5º - Os representantes dos movimentos sociais obedecerão a eleição realizada durante a plenária sobre desastres minerários e barragens organizada pelo Conselho Estadual de Saúde e ocorrida em 10 de julho de 2024.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

§ 6º - Os movimentos sociais participantes deverão comprovar suas respectivas representatividades por meio da apresentação de 03 (três) últimas atas de reunião e, pelo menos, 01 (um) ano de existência.

Art. 3º - O Grupo de Trabalho será coordenado pelo Núcleo de Ações Reparatórias da Assessoria de Parcerias da Secretaria de Estado de Saúde, que se responsabilizará pela garantia da infraestrutura necessária para o seu funcionamento e para a realização das reuniões.

§ 1º - A Coordenação do Grupo de Trabalho deverá convocar reuniões periódicas, em horário e local previamente comunicado aos seus componentes.

§ 2º - As reuniões acontecerão preferencialmente em formato online.

Art. 4º - Para o bom desempenho de suas atribuições, a Coordenação do Grupo de Trabalho poderá convocar reuniões com um número menor de participantes, por tempo determinado, que trate de questões específicas relacionadas ao tema.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 21 de agosto de 2024.

**FÁBIO BACCHERETTI VÍTOR**  
**SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE**

MINUTA CIB